DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC



Área no Cais Navegantes, com aproximadamente 22 mil metros quadrados, foi leiloada no começo do ano

Concessão do POA 26 deve ser assinada no 2º semestre

Rio Grande do Sul terá mais complexos portuários licitados, diz Portos RS

/ LOGÍSTICA

Jefferson Klein
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Depois de ser arrematado em fevereiro deste ano pelo Consórcio Portos do Sul, formado pelas empresas Soluções Inteligentes Operadores Portuários e pela Simetria Transportes e Armazéns Gerais, o terminal POA 26 deve ter seu contrato de concessão assinado neste segundo semestre. A área, com aproximadamente 22 mil metros quadrados, fica situada no Cais Navegantes, próxima da ponte do Guaíba, na capital gaúcha.

O diretor de Operações da Portos RS (empresa pública responsável por administrar o sistema hidroportuário no Rio Grande do Sul), Bruno Gonçalves Almeida, detalha que, além do trâmite da assinatura do acordo, está sendo elaborado o plano básico de implantação do terminal. "Depois que é firmado (o contrato), é emitido um termo de entrega provisório e a partir dali conta o prazo do arrendamento", diz Almeida. Posteriormente, o arrendatário tem o prazo de um ano para fazer todos os investimentos que necessita para operar.

O período de concessão é de dez anos. O Consórcio Portos do Sul foi o único a apresentar uma proposta de outorga pelo POA 26, de R$ 10 mil. No entanto, assim como esse aporte, a concessão obriga o vencedor do leilão a fazer um investimento de, pelo menos, R$ 21 milhões no aprimoramento da infraestrutura do terminal. O complexo é focado na movimentação e armazenagem de granéis sólidos e voltado, principalmente, para grãos e fertilizantes.

Segundo o diretor de Operações da Portos RS, outras áreas portuárias no Rio Grande do Sul serão leiloadas, futuramente. Um desses complexos é o terminal POA 01, que era operado pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), localizado perto da rodoviária porto-alegrense. A estrutura, que é destinada para a operação de grãos e tem capacidade para armazenamento de 50 mil toneladas estáticas, já foi disponibilizada para concessão anteriormente, contudo não houve interessados.

Almeida adianta que o Ministério de Portos e Aeroportos deve realizar um novo estudo completo de viabilidade do empreendimento, para propor um certame com um maior prazo de concessão. Também serão feitas análises relativas a contratos que estão para ser encerrados no Porto de Rio Grande, como é o caso dos terminais Tergrasa (RIG 13 e 14) e da Petrobras (RIG 23). "Esses estudos serão feitos justamente para não ter o perigo de haver uma descontinuidade das operações", destaca o diretor de Operações da Portos RS. Ele acrescenta que são complexos importantes e a intenção é preservar as atividades.

A meta é que essa licitação ocorra até o final do ano, mas, se isso não for possível, o dirigente comenta que há instrumentos legais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para a manutenção das operações desses terminais até que se faça a licitação definitiva. O terminal da Braskem (RIG 25) é outro empreendimento rio-grandino que deverá passar por processo licitatório.

Já em Pelotas, deverão ser licitados o PEL 2 e 3, que consistem em alguns armazéns portuários. Por fim, outra ação importante apontada por Almeida é a concessão da dragagem permanente do canal de acesso ao Porto de Rio Grande e das hidrovias gaúchas. A medida busca dar maior segurança jurídica e previsibilidade a esse serviço.